

Eleições de outubro vão restringir a atividade parlamentar

## Uma agenda carregada aguarda o Congresso Nacional neste ano

Sociólogo e cientista político - paula@arkoadvice.com.br

O Congresso retomou suas atividades. De acordo com a Constituição, as atividades vão até o dia 17 de julho, quando começa o recesso do meio do ano. Entretanto, as eleições podem, informalmente, antecipar esse recesso, dado que o período das convenções partidárias acontece entre 10 e 30 de junho. Na Câmara, o item mais importante da reabertura dos trabalhos é o projeto de lei do pré-sal que trata do regime de partilha. Falta votar apenas um destaque, o que muda a divisão dos royalties entre as unidades da Federação. As chances de que a votação desse projeto seja concluída antes do Carnaval são boas.

Na pauta do Senado está o projeto que trata do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O texto altera a estrutura de funcionamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Secretaria de Direito Econômico (SDE). Porém, duas medidas provisórias trancam a pauta e precisam ser votadas antes: a MP nº 471/09, que concede incentivos fiscais às montadoras de veículos do Norte, Centro-Oeste e Nordeste; e a MP nº 469/09, que destina R\$ 2,16 bilhões para o Ministério da Saúde e para o Ministério dos Transportes para o combate à gripe suína. Porém, além dos temas já incluídos na pauta, o governo promete encaminhar ao Congresso Nacional uma série de projetos, muitos deles extremamente polêmicos, ainda em 2010. A lista é ampla e atinge os mais variados setores da economia. Recentemente, o Ministério do Trabalho concluiu proposta que trata da contratação de serviços terceirizados por empresas privadas. O texto será analisado pela Casa Civil.

O Ministério de Minas e Energia trabalha no novo marco regulatório para o setor de mineração (royalties e criação de agência reguladora), além da questão da renovação das concessões do setor elétrico. O da Agricultura discute um marco para o setor de fertilizantes. O presidente Lula antecipou que deve encaminhar a Consolidação das Leis Sociais e um marco regulatório para a internet. Também se fala que o governo federal deverá, ainda no primeiro semestre de 2010, enviar ao Congresso projeto sobre direito autoral, que substituirá a atual lei nº 9.610/98.

Isso sem falar no Plano Nacional de Direitos Humanos, que propõe a elaboração de 27 leis sobre os mais variados temas. Vai da revisão da Lei de Anistia à taxação de grandes fortunas, passando por questões ligadas à homossexualidade, agronegócio, planos de saúde e liberdade de imprensa. E a agenda não para por aqui: pré-sal, agências reguladoras, cadastro positivo, mudança no sistema brasileiro de defesa da concorrência, entre muitos outros. Há ainda a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento, que chegam ao Congresso em abril e agosto, respectivamente. Vale mencionar o debate sobre a redução da jornada de trabalho e o fim do fator previdenciário, dois temas de evidente apelo eleitoral que podem entrar na pauta.

No entanto, devemos considerar que as eleições de outubro devem restringir a atividade parlamentar ao primeiro semestre, tanto pela questão da dedicação de tempo dos congressistas, quanto pela disputa política, muito mais intensa em ano eleitoral. Considerando que o software da política brasileira trabalha na busca incessante pelo consenso, o resultado deverá ser muito aquém do desejado, já que o tempo é curto, a agenda está sobrecarregada e os temas são muito polêmicos. Em especial, para um ano eleitoral. Assim, o prognóstico para o ano é o de uma produtividade limitada. Muitos temas vão ficar pelo caminho como uma espécie de herança para o próximo presidente e para o novo Congresso.

Publicado em: 03/02/2010